

Funai pede ajuda ao Exército para expulsar máfia de reserva indígena

Um dos acusados de controlar garimpo ilegal de diamantes já está preso

Jailton de Carvalho

● BRASÍLIA. A Funai deverá pedir nos próximos dias a intervenção das Forças Armadas na reserva Roosevelt, dos índios cintas-largas, que está sendo devastada pela extração ilegal de diamantes. Na sexta-feira passada, a Polícia Federal prendeu três dos sete funcionários da Funai acusados de controlar a máfia respensável pelo garimpo ilegal. Porém, apenas Sérgio Toledo Santana permanece na cadeia, em Cuiabá. Outros dois acusados, Darcyllo Ramos Moura e Claudionor Duarte, foram liberados pela Justiça. Moura era o chefe da fiscalização da Funai na área da reserva.

Máfia teria apoio de políticos e empresários da região

Além do grupo da Funai, o esquema contaria com a participação de um servidor do Ibama. Apesar da repressão policial, dois mil garimpeiros atuam na reserva. Segundo a PF e a própria Funai, a máfia conta com a conivência de caciques corruptos, de 40 empresários, de políticos locais e até de uma multinacional de origem canadense.

— A Funai, a PF e o Ibama não têm condições de resolver o problema. É uma questão que só pode ser resolvida com a intervenção das Forças Armadas — disse um graduado funcionário da Funai.

Os detalhes da proposta de parceria com as Forças Armadas deverão ser acertados com o presidente da Funai, Glênio Alvares. A idéia é fazer uma intervenção breve, apenas para interromper a extração desentreada de diamantes

na reserva dos cintas-largas. Com isso, seria possível impedir a dilapidação do patrimônio dos índios e reduzir as perdas que a União vem tendo com a sonegação fiscal e a evasão de divisas praticadas pelos grandes contrabandistas de diamantes da região. A proposta tem o apoio da PF.

— A Polícia Federal e a Polícia Militar de Rondônia não têm condições de retirar os

garimpeiros da reserva. A vinda das Forças Armadas seria um auxílio — disse o superintendente da PF em Rondônia, Marcos Aurélio Moura.

A intervenção seria uma solução provisória. A Funai e a PF acreditam que, a longo prazo, o problema só poderá ser resolvido com a regulamentação do garimpo em áreas indígenas. Neste caso, a extração seria feita por empresas idôneas, que teriam de pagar royalties aos índios, se comprometer em preservar o meio ambiente e resguardar a reserva de futuras invasões de garimpeiros e madeireiras.

A fazida de Roosevelt é uma das maiores do país. A máfia começou a ser investigada há três meses. Além das prisões efetuadas na semana passada, a PF já está no encalço dos fiscais José Nazareno Torres Moraes, Valdir de Jesus Gonçalves e Willen Reis Martins Silva. Os seis tiveram suas prisões preventivas decretadas. O sétimo funcionário da Funai que pertenceria à máfia ainda não teve a prisão preventiva decretada. O envolvimento do grupo com a exploração de diamantes na reserva foi apontado também por uma comissão de sindicância da Funai.

Fiscais cobravam propina por instalação de máquinas

A partir do relatório da comissão, Glênio Alvares determinou a abertura, no início da semana, de um processo disciplinar, para verificar o grau de envolvimento de cada um dos fiscais no esquema.

Pelas investigações da Funai e da Polícia Federal, os fiscais cobravam entre R\$ 10 e R\$ 18 mil por instalação de máquina de extração de diamante na reserva. A autorização tinha prazo de validade de 30 dias. Eles exigiam ainda mais 30% dos valores apurados pelos garimpeiros depois da venda dos diamantes. Uma parcela destes 30% era destinada ao suborno de líderes indígenas. Os fiscais são acusados ainda de torturar os garimpeiros que se recusavam a pagar as dividas. ■

Documentação	
SOCIOAMBIENTE	OPAVS
Fonte	41/1/2002 Pg 5
Data	25/7
Class	257